

## **COMENTÁRIOS SOBRE O PLANO DA MARGEM DIREITA DO RIO AMAZONAS – PMDA – E DISCUSSÕES DO GT AMAZÔNICO, EM MANAUS, EM 21 E 22 DE OUTUBRO DE 2010.**

Por Laura Jesus de Moura e Costa.  
FONASC-CBH / CEDEA – CURITIBA – PR

A Região Amazônica abrange nove Estados, é bastante complexa e muito desconhecida do povo brasileiro. Portanto, antes de qualquer intervenção mais conseqüente, é preciso investir muito em pesquisa na Região. A implantação de um suposto desenvolvimento a toque-de-caixa, pode não trazer desenvolvimento regional, mas, sim, destruição geral.

Por outro lado, existem inúmeros documentos elaborados e, principalmente, um Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Amazônia, elaborado com ampla participação da sociedade civil, inclusive, populações tradicionais e ribeirinhas; mas, estes ficam esquecidos, ou seja, não são aproveitados pelos elaboradores de políticas públicas. É preciso reverter essa prática.

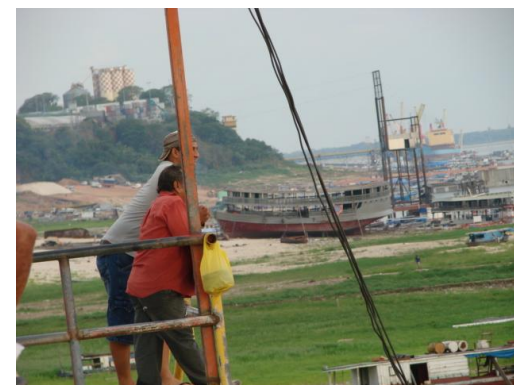
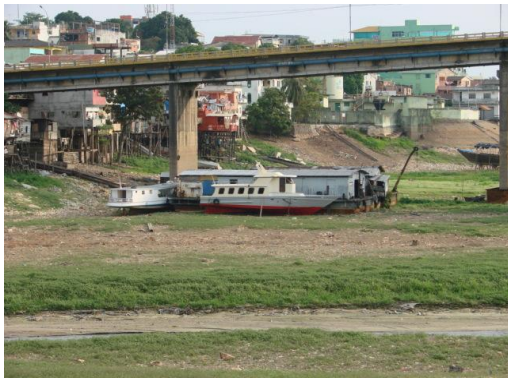
Destaca-se, então, a necessidade de maior e mais profundo diálogo entre o PMDA e o Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Amazônia Brasileira, e, entre o PMDA e a população local. É necessário apresentá-lo e discuti-lo amplamente, em reuniões públicas, em cada Estado da Região Amazônica. Vale destacar também que somente o Mato Grosso já concluiu o seu Plano Estadual de Recursos Hídricos. O Acre e o Pará estão em fase de conclusão; e, o Amazonas, Roraima, Rondônia e Amapá sequer começaram seus Planos Estaduais de Recursos Hídricos.

A Lei Federal sobre Mudanças Climáticas, a Lei Federal sobre Unidades de Conservação, a Bolsa Floresta, o Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE), além de outros, estão relacionados com a gestão de Recursos Hídricos, mas não se conversam. “Ficam cada qual no seu quadrado.” Da mesma forma, o PRO-AMA, o PROSAMIM, o PRO-CHUVA e o setor de pesca, no Amazonas, também não se conversam ou pouco se conversam. É preciso que haja, em toda a Região Amazônica, maior integração interinstitucional dos órgãos da administração pública, nos vários âmbitos de Governo.

Outra questão importante que deve ser observada no planejamento regional é a dinâmica própria do clima e dos rios amazônicos. A maioria das bacias hidrográficas é transfronteiriça, o que aumenta enormemente nossa responsabilidade sobre intervenções causadoras de impacto ambiental negativo. O fato de existirem seis meses de chuva (de novembro a abril) e seis meses de seca (de maio a outubro), alterando fortemente o nível e o volume de água, inclusive tornando alguns rios intermitentes no período de seca, pode ser um significativo indicador de que a bacia não aceita barragem ou instalação de tantas usinas hidrelétricas como as que estão sendo previstas para os rios Tapajós, Xingu e Madeira.

O aumento da amplitude de 12 metros para 16 metros do nível da água dos rios entre os períodos de cheia e seca é também um fato importante a ser considerado, principalmente se esta tendência se mantiver e for aumentando em função de mudanças climáticas mais significativas.

Seguem abaixo as fotos do Rio Negro, em Manaus, no período da seca de 2010, mês de outubro. Vê-se também um igarapé, as palafitas e embarcações.





A turbidez da água dos rios amazônicos já é naturalmente alta e se eleva ainda mais com os processos erosivos decorrentes de desmatamento e ocupação irregular de áreas ribeirinhas. É preciso elaborar normas rigorosas de uso dessas áreas para garantir a sua preservação e a própria navegabilidade do rio.







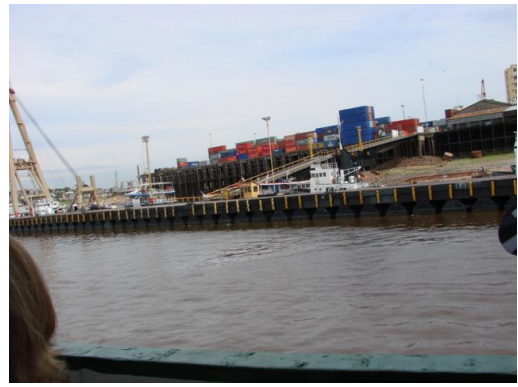
Vale destacar, aqui, o grave acidente ocorrido recentemente nas margens do Rio Negro, em Manaus, em que um porto particular, totalmente irregular, afundou, levando consigo inúmeros containers, carretas, edificações do porto, além de vidas humanas e do assoreamento do rio. É fato que a população precisa do rio para o escoamento de sua produção, para seu próprio transporte e para atividades econômicas de passeio turístico, mas é preciso normatizar e fiscalizar rigorosamente a construção de portos fluviais, pois são muito comuns os desmoronamentos dos mesmos em rios amazônicos. Em pouco tempo, a continuidade desses fatos pode trazer graves consequências para a própria economia local, para a saúde do rio e para a sua própria navegabilidade.





Mas, não são só os portos particulares que apresentam problemas; os construídos pelo DNIT, também. Um exemplo disso é o porto do Novo Airão, em que houve um gravíssimo erro de localização do canal, tornando-o um porto seco, ou seja, inútil.

Por outro lado, um exemplo positivo de construção portuária fluvial é o Porto Flutuante de Manaus, há décadas ali instalado, construído com bóias metálicas, e que, ainda hoje, está funcionando efetiva e eficientemente.



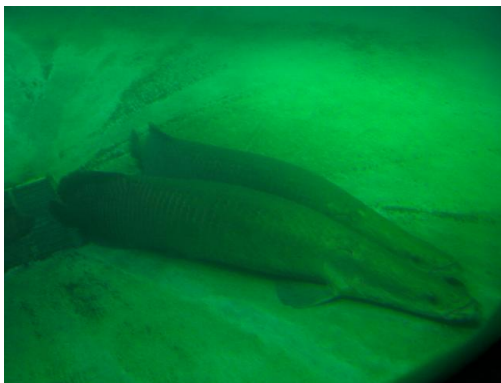
Na Amazônia, tudo é feito pelos rios: transporte de combustível, posto de gasolina flutuante, fábrica de gelo flutuante, habitação flutuante, restaurante flutuante, etc.

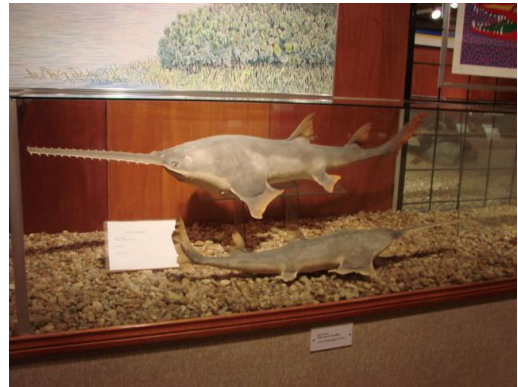
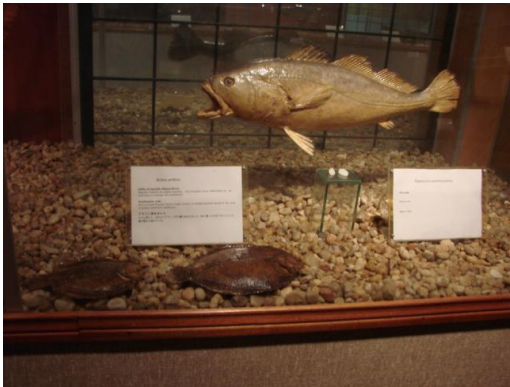






Os rios da Amazônia são muito ricos em variedade e quantidade de peixes e há a necessidade de maior incentivo e maior investimento na piscicultura. Seguem abaixo algumas fotos tiradas, em 23 de outubro de 2010, em Manaus, no Museu de Ciências Naturais da Amazônia.







Outra característica dos rios amazônicos é a existência de inúmeros igarapés, que servem de contribuintes importantes para o rio maior. O uso do solo tem que respeitar e valorizar essas unidades hídricas, como garantia da saúde da bacia hidrográfica. O que se observa, no entanto, muitas vezes, é o seu aterramento ou o uso dos igarapés para recepção e transporte de lixo e de esgoto doméstico, que além de produzir um forte odor na região, podem ser os responsáveis pelo surgimento e veiculação de várias doenças. É fundamental, urgente e extremamente necessário um investimento sério em saneamento básico, acompanhado de tratamento do esgoto, separação e reaproveitamento dos resíduos sólidos, além de permanente trabalho de educação ambiental popular, para educar o povo e conseguir sua mudança de comportamento em relação ao destino final adequado do esgoto e do lixo. Isso, inclusive, deve anteceder a toda e qualquer política de desenvolvimento, pois está na base da saúde e da qualidade de vida da população.

A falta de saneamento básico pode trazer conseqüências também aos lençóis d'água subterrâneos. Isso é muito importante, pois em algumas cidades, como Manaus por exemplo, o abastecimento público é feito com água de aquíferos, ou onde não há rede de abastecimento, o suprimento de água se dá através de poços, tanto do tipo cacimba como artesianos.



O PROSAMIM – Programa de Saneamento Ambiental dos Igarapés de Manaus representa importante iniciativa nesse sentido, mas ainda não é suficiente para atender às necessidades locais e o tratamento do esgoto ainda não é feito de forma eficiente. O PROSAMIM melhorou a paisagem e a qualidade habitacional da população mais excluída, mas ainda não descontaminou a água dos igarapés, que por sua vez, contaminam a água do rio Negro (no caso de Manaus).





Os desafios são dois: ter estratégia e tática para trabalhar a gestão dos igarapés e envolver o maior número possível de pessoas da sociedade civil nesse processo, com efetiva participação na gestão.

Por trás de tudo isso, o grave problema existente é a falta de prioridade e de investimento das políticas públicas, pois os órgãos estaduais de fiscalização e gestão hídrica não dispõem de “musculatura” suficiente para atender à demanda e às necessidades locais. É preciso URGENTEMENTE equipar esses órgãos com recursos humanos, infra-estrutura e recursos financeiros para elaborar e executar uma política pública eficiente e eficaz de saneamento ambiental e para a gestão dos recursos hídricos. Estabelecimento de critérios de outorga, cadastramento de usuários, enquadramento hídrico, estabelecimento de critérios que disciplinem a extração de areia, o garimpo e as atividades portuárias e agropecuárias, além de outras, são necessidades emergenciais da Região Amazônica.



Há ainda o problema do formato dos espaços de gestão dos recursos hídricos. A Lei Federal n. 9433/1997, em seu Artigo 3º Inciso II, deixa aberta a possibilidade de “adequação da gestão de recursos hídricos às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regiões do País”; mas, ao mesmo tempo, em seu Artigo 33 Incisos II e III, esclarece que “Integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos: (...) II – os Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal; III – os Comitês de Bacia Hidrográfica;”, ou seja, no Artigo 33 não mantém a mesma abertura do Artigo 3º.

No Acre, por exemplo, foram criados comitês e conselhos gestores de igarapés. No Amazonas, não está descartada a possibilidade de se criar outros comitês de bacias hidrográficas, tal como o que existe da Sub-bacia Hidrográfica do Tarumã Açú.

Por outro lado, o PMDA propõe a criação de um “Coletivo Gestor” dos recursos hídricos da Região Amazônica, o que foge totalmente da fundamentação da Lei Federal n. 9433/1997. Assim como, o próprio PMDA já se apresenta como fora da fundamentação da Lei Federal, pois abrange somente a margem direita do rio Amazonas (e não a bacia hidrográfica como um todo) e é apresentado como um “plano estratégico”, o que sugere tendência de uso setorializado da água (e não uso múltiplo, como prega a lei federal); além de que, não passou por uma elaboração via Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos; mas, sim, via Agência Nacional de Águas – ANA.

A sugestão que o PMDA apresenta de serem criados dois (2) comitês de bacia hidrográfica em cinco (5) anos está muito aquém da demanda, da realidade local e do estabelecido pela lei federal, ou seja, não prioriza a implantação efetiva do sistema.

O Governo Federal (SNRU/MMA) levanta também a necessidade de flexibilização da bacia para modelos de **gestão de calha**; mas, não está claro como exatamente seria essa gestão.

Os argumentos mais utilizados para justificar o não investimento em criação de comitês de bacia na Região Hidrográfica da Amazônia são: rios muito grandes, baixa densidade demográfica, ausência de conflitos significativos, grande distância entre uma e outra comunidade, alto custo com transporte e infra-estrutura para a manutenção dos comitês de bacia hidrográfica, além de outros.

Embora se diga que não há conflitos em relação ao uso da água dos rios amazônicos, sabe-se que os maiores conflitos ocorrem nas bacias peri-urbanas. Há conflitos, sim, na abundância. A navegação, o assoreamento dos rios, o uso e apropriação do solo, os aterros de resíduos sólidos, a irrigação, o garimpo, eventos climáticos extremos, além de outros, são geradores de conflitos. Vale registrar aqui um problema atual e que está gerando tensão social, mobilizando a população, parlamentares e autoridades da administração pública em Manaus.

Passeios turísticos de barco são alternativas econômicas e importantes fontes de renda para a população local e de lazer para o visitante. Um dos passeios mais procurados por quem vai a Manaus é o do “Encontro das Águas”, onde o rio Solimões (ou Amazonas) e o rio Negro se encontram, formando, daí para frente, o rio Amazonas.



Recentemente, ferindo o orgulho e a cultura local, empresas de mineração propuseram a construção de um porto a menos de 800 metros do local onde se dá o encontro das águas. Setores da população, sociedade civil organizada com o apoio de parlamentar, reagiram imediatamente e solicitaram ao IPHAM o tombamento de toda a área do encontro das águas. O processo está em andamento. As fotos abaixo registram a reunião pública realizada na Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, em 25 de outubro de 2010.



De forma resumida, a complexidade da Região Amazônica exige que se leve em consideração os seguintes aspectos:

- a) A grande dimensão da região;
- b) A alta disponibilidade hídrica;
- c) As alterações na qualidade da água e no leito do curso do rio entre períodos de chuva e de seca, alterando também a condição geral do rio, a batimetria e os balizamentos específicos;
- d) A fragilidade dos complexos ecossistemas;
- e) A relação água – floresta – uso do solo – complexidade;
- f) As águas compartilhadas – transfronteiriças;
- g) A influência / importância da floresta para o clima;
- h) A necessidade de políticas públicas eficazes e eficientes de saneamento ambiental;
- i) A necessidade de fortalecimento das instituições públicas de gestão ambiental e de recursos hídricos em toda a Região Amazônica e nas várias instâncias de Governo;

- j) A necessidade de grande articulação entre as instâncias nacionais de governo;
- k) A necessidade de articulação das instâncias nacionais com as internacionais de governo;
- l) O pagamento pelos serviços ambientais que a Região presta ao Brasil e ao mundo;
- m) A proteção de comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, ribeirinhos;
- n) O zoneamento econômico-ecológico, baseado em princípios de sustentabilidade;
- o) A manutenção, ampliação e proteção das Unidades de Conservação;
- p) A participação da sociedade civil na gestão regional;
- q) O forte impacto socioambiental negativo que determinadas intervenções e obras públicas causam na Região;
- r) A gestão e eliminação de conflitos;
- s) A necessidade de grandes investimentos em pesquisa e estudos científicos.

